

CRIAR VALOR

Cumprir Aveiro.

Continuar a liderar Portugal.

Resumo Executivo

O Distrito de Aveiro é um dos principais motores económicos de Portugal. A sua capacidade industrial, exportadora, tecnológica e empreendedora faz dele um território decisivo para a competitividade nacional.

Durante décadas, porém, Aveiro viveu um paradoxo difícil de justificar: contribuía acima da média para a riqueza nacional, mas continuava a enfrentar défices estruturais ao nível das acessibilidades, do investimento público e da coesão territorial.

Não deixa, por isso, de ser politicamente simbólico que o Congresso Nacional do PSD se reúna no distrito de Aveiro. Não apenas como escolha geográfica, mas como reconhecimento do papel estratégico do distrito no desenvolvimento do país e como sinal de compromisso com um território que tem dado mais do que tem recebido.

Há dois anos, neste Congresso Nacional, o PSD Aveiro assumiu um compromisso claro: criar valor para o distrito, defender os seus interesses e colocar fim ao ciclo de adiamentos que marcou demasiados projetos estruturantes.

Hoje podemos afirmar que esse caminho começou a produzir resultados. Projetos há muito reivindicados avançaram, decisões estruturais foram tomadas e Aveiro recuperou centralidade na agenda política nacional.

Mas o essencial continua por concretizar.

Esta moção não pretende apenas fazer um balanço. Pretende definir uma exigência

política para os próximos anos: transformar decisões em obras, projetos em realidade e compromissos em resultados.

Porque Aveiro não precisa de novas promessas.

Precisa de cumprimento.

Cumprir Aveiro significa criar valor para o distrito e contribuir para Fazer Portugal Maior

Introdução

Durante demasiado tempo, o Distrito de Aveiro foi confrontado com uma realidade que se tornou difícil de justificar. Para além de ser um dos principais motores económicos de Portugal, com um dos mais elevados níveis de industrialização do país e uma forte vocação exportadora, superior a oito mil milhões de euros anuais e representando mais de 10% das exportações nacionais, pese embora represente apenas 6,8% da população nacional, o distrito de Aveiro apresenta uma balança comercial claramente positiva, com um excedente comercial anual superior a dois mil milhões de euros, exportando significativamente mais do que importa e contribuindo de forma líquida para a riqueza nacional.

Ainda assim, o Distrito evidenciou lacunas profundas ao nível das infraestruturas e do investimento público. Este desalinhamento traduziu-se numa espécie de paradoxo persistente, um território que mais contribui para a riqueza nacional e que, no entanto, não recebe o investimento necessário para potenciar esse contributo.

Ao longo de sucessivos ciclos políticos foram sendo anunciados projetos relevantes para o distrito. Muitos deles chegaram a ser objeto de estudos, de anúncios públicos ou de compromissos formais. Mas, na prática, esses projetos raramente ultrapassaram a fase da intenção. As infraestruturas ficaram por concluir, as decisões foram adiadas e os processos acumularam-se numa lógica de bloqueio administrativo que se transformou

num dos principais entraves ao desenvolvimento do território.

Essa realidade começou a mudar. Com a entrada em funções do Governo liderado por Luís Montenegro, foi possível introduzir uma nova orientação política que rompe com esse padrão de adiamento. Pela primeira vez em muitos anos, começa a consolidar-se uma agenda reformista centrada na execução e na simplificação do funcionamento do Estado. Esta mudança não é apenas discursiva, traduz-se numa redefinição de prioridades e numa nova forma de encarar a decisão política.

O sinal mais evidente desta mudança está na forma como os processos avançam. A lógica do bloqueio burocrático começa a dar lugar a uma lógica de decisão. A acumulação de pareceres e de entraves administrativos começa a ser substituída por mecanismos mais ágeis e orientados para resultados. É o anúncio de projetos deixa de ser um fim em si mesmo para passar a ser apenas o início de um percurso que tem de culminar na sua concretização.

No Distrito de Aveiro, essa mudança começa a ser visível. Projetos que durante décadas permaneceram na esfera das intenções começaram finalmente a avançar. Decisões que eram sistematicamente adiadas passaram a ser tomadas. E, acima de tudo, o território voltou a estar presente na agenda política nacional de forma consistente.

Esta transformação não pode ser desvalorizada. Representa uma alteração estrutural na forma como o Estado se

relaciona com o território. No entanto, também importa sublinhar que este é apenas o início de um percurso. O facto de existirem projetos em andamento não significa que o problema esteja resolvido. Pelo contrário, aumenta a responsabilidade de garantir que esses projetos são efetivamente concluídos. Aqui chegados, o que se exige não é apenas a continuação do rumo iniciado, mas a sua concretização plena. O tempo em que os anúncios eram suficientes ficou para trás. A partir de agora, o critério decisivo será a capacidade de executar e de entregar resultados no terreno.

O Distrito de Aveiro não pode voltar a assistir a processos interrompidos ou a decisões revertidas. A confiança que começa a ser reconstruída depende da consistência das políticas e da capacidade de cumprimento dos compromissos assumidos. E é precisamente essa exigência que orienta esta moção. O caminho começou a ser percorrido, mas só fará sentido se chegar ao seu destino.

Há dois anos, neste Congresso, o PSD Distrital de Aveiro apresentou uma moção que partia de uma ideia simples e, ao mesmo tempo, profundamente mobilizadora, criar valor para o Distrito de Aveiro. Não se tratava de uma formulação abstrata nem de uma intenção genérica destinada a preencher um espaço político. Era, antes de mais, a afirmação de um compromisso concreto com um território que, pela sua história, pela sua capacidade produtiva e pela dinâmica das suas comunidades, tem um

papel decisivo no desenvolvimento do país. Esse compromisso nascia da convicção de que Aveiro podia e devia exigir mais, não por reivindicação vazia, mas pela evidência do seu contributo para Portugal.

Hoje regressamos a este Congresso com a mesma base de compromisso, mas num momento diferente. Mais do que reafirmar uma intenção, o que se exige agora é aprofundar um caminho. O compromisso com Aveiro torna-se mais exigente porque a expectativa legítima das populações aumentou. Torna-se mais concreto porque existe já um conjunto de decisões iniciadas e de processos em curso. E torna-se mais próximo da sua concretização porque há hoje condições políticas que não existiam há dois anos.

Esta renovação não ocorre por acaso. O contexto nacional mudou de forma significativa. Portugal entrou num novo ciclo político que trouxe consigo uma nova abordagem à governação, mais centrada na execução e na resolução de problemas. Essa mudança cria uma oportunidade que não pode ser desperdiçada, sobretudo por territórios como o Distrito de Aveiro que durante anos estiveram à margem das prioridades de investimento estruturante.

É neste quadro que a moção que agora se apresenta faz sentido. Não se trata apenas de revisitar uma ideia anterior, mas de a atualizar à luz daquilo que, entretanto, mudou. O compromisso com Aveiro mantém-se, mas transforma-se numa exigência mais clara e mais imediata. Porque o distrito não

pode voltar a ser secundarizado. Porque o atraso acumulado não é compatível com o potencial existente. E porque hoje há uma responsabilidade acrescida de garantir que o caminho iniciado não sofre interrupções nem recuos.

O caminho trilhado

Importa, antes de projetar o que falta fazer, avaliar com rigor o caminho trilhado ao longo dos últimos dois anos. Essa avaliação não deve ser acrítica nem complacente, mas também não pode ignorar os sinais de mudança que, entretanto, já se começaram a consolidar. A verdade é que, pela primeira vez em muito tempo, verificam-se evoluções que justificam a afirmação de que o distrito entrou num ciclo diferente, ainda que incompleto.

Desde logo, importa reconhecer que um conjunto de projetos estruturais, há muito identificados e sucessivamente adiados, começou finalmente a sair do impasse em que se encontrava. Em particular, no que respeita às acessibilidades rodoviárias, assistiu-se ao desbloqueio de intervenções que estavam paradas há anos, quer por ausência de decisão política, quer por entraves administrativos que se foram acumulando ao longo do tempo. O avanço destes processos ainda não representa a sua conclusão, mas traduz uma mudança relevante na forma como o Estado encara a necessidade de resolver atrasos históricos.

Em apenas dois anos verificaram-se avanços relevantes em matérias essenciais para o futuro do distrito:

Infraestruturas e mobilidade

- ↑ Adjudicação da ligação da EN222 à A32, em Castelo de Paiva;
- ↑ Avanço dos procedimentos relativos ao IC35;
- ↑ Desenvolvimento dos projetos de ligação de Sever do Vouga à A25;
- ↑ Evolução dos processos para a construção do nó da A1 em Anadia e Oliveira do Bairro;
- ↑ Contrato interadministrativo para a construção do Túnel da Cruz, em Santa Maria da Feira;
- ↑ Avanço do projeto da Alta Velocidade, com a adaptação da estação de Aveiro e a preparação da integração do distrito nesta nova rede ferroviária nacional;
- ↑ Execução de um plano estruturado de reabilitação da Linha do Vouga, com intervenções concluídas, obras em curso e investimentos nos troços Espinho-Feira e Águeda-Aveiro;
- ↑ Inclusão de investimentos estratégicos do distrito nos principais instrumentos nacionais de planeamento;

Equipamentos e serviços públicos

- ↑ Avanço do processo de expansão do Hospital de Aveiro, com a adjudicação do projeto do novo edifício de ambulatório;

- ↑ Reforço da articulação entre a Universidade de Aveiro e o sistema de saúde, com a entrada em funcionamento do curso de Medicina, contribuindo para a formação, atração e fixação de profissionais de saúde no território;
- ↑ Contrato interadministrativo para a construção do Palácio da Justiça, em Santa Maria da Feira;
- ↑ Obras de requalificação exterior do Tribunal do Trabalho de Oliveira de Azeméis;
- ↑ Alargamento da oferta de ensino secundário público à Escola Básica e Secundária de Paços de Brandão, em Santa Maria da Feira;
- ↑ Avanço no processo de construção do novo Posto da GNR de Cesar, em Oliveira de Azeméis, estando o projeto de execução em fase final de revisão;
- ↑ Reforço do investimento nas forças de segurança, com destaque para a construção da nova esquadra da PSP de Ovar e a reabilitação de instalações em São João da Madeira e Aveiro;
- ↑ Criação do Centro de Formação Profissional em Castelo de Paiva;
- ↑ Modernização e expansão da Universidade de Aveiro, incluindo novas residências universitárias e infraestruturas tecnológicas.

Ambiente e território

- ↑ Reforço da prioridade política atribuída à defesa da costa;

- ↑ Desenvolvimento de estudos e intervenções na faixa litoral;
- ↑ Lançamento do programa RiaViva, com a missão de promover a recuperação e valorização ambiental do litoral, dos sistemas ribeirinhos e da Ria de Aveiro;
- ↑ Maior integração das questões da erosão costeira na agenda nacional.

Representação política

- ↑ Reforço da articulação entre autarcas, deputados e estruturas locais;
- ↑ Aumento da capacidade de influência política do distrito junto do Governo;
- ↑ Colocação das principais reivindicações do Distrito de Aveiro na agenda política nacional.

Paralelamente, começaram a ganhar consistência as decisões estruturais que permitem enquadrar esses projetos numa lógica mais ampla de desenvolvimento territorial. Não se trata apenas de intervir pontualmente, mas de reconhecer que há escolhas determinantes para o futuro do distrito e que exigem continuidade, coerência e capacidade de execução. O facto de algumas dessas decisões terem entrado em fase de concretização representa um sinal importante de que o distrito voltou a contar nas prioridades nacionais.

Outro aspeto que importa valorizar prende-se com a forma como se reforçou a ligação entre os eleitos e o território. O trabalho desenvolvido ao longo deste período

evidenciou maior proximidade das realidades locais, uma escuta mais ativa dos autarcas e das comunidades e uma capacidade reforçada de levar esses problemas concretos ao centro da decisão política. Esta dimensão não é secundária, pois é, muitas vezes, a distância entre quem decide e quem vive os problemas que explica o arrastamento de soluções ao longo do tempo. Também no domínio das políticas ambientais e de resiliência, registaram-se desenvolvimentos que não podem ser ignorados. A crescente consciência das fragilidades do território, em particular no que respeita à faixa costeira e à gestão dos recursos naturais, começou a traduzir-se em enquadramentos mais robustos e em instrumentos de intervenção com maior ambição. A integração destas matérias na agenda das políticas públicas, com um enfoque na prevenção e na adaptação, representa um passo importante, ainda que insuficiente face à dimensão dos desafios identificados.

Esta evolução insere-se, aliás, num quadro nacional mais amplo, no qual se começa a afirmar a necessidade de uma abordagem estratégica do território. Os instrumentos recentemente definidos apontam para uma conclusão que durante muitos anos foi negligenciada, Portugal precisa de investir de forma consistente nas suas infraestruturas, de reduzir vulnerabilidades que foram sendo acumuladas e de assumir uma política territorial que não se limite à gestão corrente, mas que projete o país a

médio e longo prazo. Neste contexto, o Distrito de Aveiro surge naturalmente como um espaço prioritário para essa intervenção, pela sua relevância económica e pelas lacunas que persistem.

Dito isto, é fundamental que esta avaliação seja feita com um sentido claro de responsabilidade. Reconhecer que o caminho começou a ser percorrido não pode significar reduzir o nível de exigência política, nem acomodar a ideia de que o essencial já está feito. Pelo contrário, os avanços registados aumentam a responsabilidade de lhes dar continuidade e de garantir que não ficam a meio do processo. O risco de desvalorização dos compromissos assumidos é tanto maior quanto maior for a expectativa criada junto das populações.

O que se exige, neste momento, é precisamente a consolidação deste percurso. Transformar decisões em obra, intenções em resultados e processos em realidade concreta no território. Só assim será possível afirmar, com credibilidade, que estes dois anos não foram apenas o início de um novo ciclo, mas também o momento em que esse ciclo passou a produzir efeitos.

Onde estamos?

Apesar dos avanços alcançados até agora, há uma realidade que não pode ser ignorada nem suavizada. O diagnóstico que fizemos há dois anos sobre o Distrito de Aveiro, quanto aos seus principais bloqueios ao desenvolvimento, mantém uma atualidade preocupante. Não basta reconhecer que

alguma coisa começou a mudar se, na substância, os problemas estruturais continuam presentes e continuam a condicionar o potencial do território.

O distrito permanece marcado por défices evidentes ao nível das acessibilidades, que continuam a limitar a mobilidade de pessoas e bens e a penalizar a competitividade das empresas. Persistem desigualdades territoriais internas, com zonas do interior que continuam mais afastadas dos principais eixos de desenvolvimento e menos integradas nas dinâmicas económicas regionais. É mantêm-se, de forma transversal, a falta de concretização de projetos essenciais que há muito foram identificados como prioritários, mas que, em muitos casos, continuam por executar.

Esta realidade não é uniforme, mas é claramente visível em diferentes dimensões do território. No interior do distrito, há localidades que continuam a sentir dificuldades de ligação aos grandes centros urbanos, com impactos diretos na fixação da população, na atração de investimento e na qualidade de vida das comunidades. A ausência de infraestruturas adequadas traduz-se em isolamento relativo e em perda de oportunidades, acentuando assimetrias que se prolongam no tempo.

No litoral, que concentra uma parte significativa da população e da atividade económica, os desafios assumem outra expressão, mas não deixam de ser igualmente preocupantes. À pressão urbanística e à intensidade das atividades

económicas soma-se uma vulnerabilidade ambiental crescente, particularmente associada aos fenómenos costeiros. A relação com o território tornou-se mais exigente e mais frágil, expondo limites que, durante anos, foram sendo desvalorizados.

Nos principais centros urbanos do distrito, por sua vez, cresce a pressão sobre a habitação e os serviços públicos, num contexto em que a capacidade de resposta nem sempre acompanha a dinâmica demográfica e económica. A falta de oferta habitacional acessível e a sobrecarga de infraestruturas sociais e de mobilidade criam estrangimentos que começam a ser sentidos de forma mais intensa pelas famílias, em particular pelos mais jovens.

É, no entanto, na faixa costeira que esta fragilidade estrutural se torna mais evidente e mais preocupante. Os dados recentes confirmam aquilo que já era percecionado no terreno, que estamos perante uma situação de agravamento significativo dos fenómenos de erosão costeira e de vulnerabilidade das infraestruturas. Em vários pontos do distrito registaram-se recuos da linha de costa de grande dimensão, atingindo valores que não podem ser ignorados. Em algumas zonas, a redução da largura das praias foi muito expressiva, com perdas acumuladas que colocam em causa a proteção natural do território.

A isto juntam-se danos relevantes em infraestruturas de defesa costeira, acessos e equipamentos, afetando não só a segurança das populações como também

atividades económicas fundamentais, desde o turismo à pesca. Municípios como Ovar ou Ílhavo têm sido particularmente afetados, evidenciando que este não é um problema localizado, mas sim um fenómeno com expressão significativa no distrito e, em vários casos, à escala nacional.

Não se trata de uma sucessão de episódios isolados, associados a condições meteorológicas excecionais. O que os dados revelam é a existência de uma tendência, de um processo acumulativo que resulta da combinação de fatores naturais e da ausência de intervenções estruturais atempadas. A repetição de eventos extremos, a fragilidade de alguns sistemas de proteção e a falta de reposição de equilíbrios sedimentares contribuem para um cenário que exige uma resposta diferente da que tem sido seguida.

Perante este quadro, não é possível encarar a situação como algo circunstancial ou conjuntural. O que está em causa é um problema estrutural que convoca diferentes dimensões de política pública. Uma dimensão de segurança, porque estão em causa pessoas, habitações e infraestruturas críticas. Uma dimensão ambiental, porque está em risco o equilíbrio de sistemas naturais fundamentais. É uma dimensão económica, porque atividades essenciais para o território dependem diretamente da estabilidade e da proteção da faixa costeira. Reconhecer esta realidade é um passo indispensável para definir prioridades e orientar decisões. Ignorá-la ou minimizá-la

seria perpetuar um ciclo de atraso e de vulnerabilidade que o distrito já não pode aceitar.

Que caminho nos falta trilhar?

Se a avaliação do caminho feito nos permite reconhecer avanços, é a identificação do caminho que falta percorrer que dá sentido político a esta moção. É neste ponto que se coloca a questão essencial: o que falta cumprir para que o Distrito de Aveiro deixe de viver aquém do seu potencial e passe a afirmar-se plenamente como um dos motores do desenvolvimento nacional.

A resposta não exige novas ideias nem novas promessas. Exige, sobretudo, coerência e determinação na concretização de compromissos há muito assumidos. O que está em causa não é a ausência de diagnóstico nem a falta de projetos. O que está em causa é a sua execução. Esta moção afirma, de forma clara, que o próximo ciclo político tem de ser o ciclo da concretização plena desses compromissos.

No campo da saúde, importa garantir, de forma inequívoca, a qualidade, a proximidade e a capacidade de resposta dos serviços prestados no conjunto do Distrito de Aveiro. Esta exigência passa não apenas pelo reforço dos meios humanos e técnicos, mas também pela valorização do edificado existente, através da reabilitação de infraestruturas que se encontram degradadas e pela plena utilização de instalações que, tendo condições adequadas, permanecem

subaproveitadas ou com constrangimentos ao seu funcionamento.

Neste quadro, é fundamental assegurar a concretização plena da expansão do Hospital de Aveiro. O processo de ampliação, já em fase de projeto, constitui um passo estrutural para a reorganização da capacidade assistencial da região, permitindo concentrar consultas externas, meios complementares de diagnóstico e atividade cirúrgica num novo edifício dedicado ao ambulatório. Este investimento é determinante para ultrapassar as atuais limitações de espaço e aumentar a capacidade de resposta do hospital às necessidades da população.

Esta aposta deve ser articulada com a consolidação do curso de Medicina da Universidade de Aveiro, que representa uma oportunidade estratégica para o distrito, não apenas ao nível da formação de novos profissionais de saúde, mas também na criação de um verdadeiro ecossistema de ensino, investigação e prática clínica.

A articulação entre a universidade, a Unidade Local de Saúde e o território deve ser aprofundada, garantindo condições para a fixação de médicos, o reforço da diferenciação clínica e a melhoria da qualidade dos cuidados prestados.

A par desta dimensão estrutural, importa igualmente reforçar a resposta social dirigida à população idosa, num contexto marcado pelo envelhecimento demográfico e pela crescente pressão sobre os serviços existentes.

Verifica-se, em vários pontos do território, uma insuficiência significativa da oferta de estruturas residenciais para pessoas idosas e de cuidados continuados, o que limita a capacidade de resposta do sistema formal e cria condições para o surgimento de respostas informais e desreguladas.

Esta realidade evidencia a necessidade de uma intervenção mais robusta e coordenada, assente no reforço da capacidade instalada, na qualificação das respostas existentes e no aumento da fiscalização e acompanhamento das soluções prestadas, garantindo padrões de qualidade, segurança e dignidade no apoio à população mais envelhecida.

A resposta ao envelhecimento não pode ser encarada como um desafio marginal ou setorial. Trata-se de uma dimensão central da coesão territorial e da qualidade de vida das comunidades, exigindo uma articulação efetiva entre políticas de saúde, ação social e desenvolvimento do território.

Da mesma forma, no domínio da justiça, importa igualmente assegurar a requalificação e modernização das infraestruturas judiciais no Distrito de Aveiro, muitas das quais evidenciam necessidades de intervenção.

A qualidade das instalações, as condições de funcionamento dos serviços e a dignidade dos espaços de atendimento são fatores determinantes para garantir uma resposta eficaz, célere e próxima dos cidadãos, sendo essencial promover um investimento consistente que valorize o sistema de justiça no território.

No domínio das acessibilidades e da mobilidade, continua a residir um dos principais bloqueios ao desenvolvimento do Distrito de Aveiro. As infraestruturas de transporte não podem ser entendidas apenas como obras públicas isoladas, mas como instrumentos fundamentais para a competitividade das empresas, a redução dos custos de contexto, a atração de investimento e o reforço da capacidade exportadora de cada concelho do território. É, por isso, essencial garantir uma rede de ligações eficiente, articulada e equilibrada, que permita integrar o interior e o litoral, aproximar centros produtivos e reforçar a coesão territorial do distrito.

Neste sentido, torna-se indispensável assumir, sem hesitações, que projetos como o IC35 e a ligação de Sever do Vouga à A25, a ligação de Vale de Cambra à A32, a concretização da terceira fase da variante de Arouca, o nó da A1 em Anadia e Oliveira do Bairro, as intervenções estruturais no IC2 e a valorização da EN109, EN224 e da EN327, não podem continuar a ser sucessivamente adiados. Estas ligações devem ser concretizadas e valorizadas numa lógica integrada de desenvolvimento dos territórios, garantindo a sua articulação com as zonas industriais e empresariais, com as infraestruturas de saúde, com os serviços públicos e com as dinâmicas sociais e culturais, assegurando uma mobilidade mais eficiente, próxima das pessoas e orientada para as necessidades reais das comunidades, assumindo particular

relevância em casos como a ligação eficaz da EN224 à área de acolhimento de UI/Loureiro, no concelho de Oliveira de Azeméis.

Neste contexto, importa igualmente valorizar infraestruturas estratégicas determinantes para a competitividade do território, como o Porto de Aveiro.

Enquanto um dos principais portos nacionais e um ativo fundamental para a economia regional, o seu desenvolvimento deve ser encarado como uma prioridade, exigindo uma reflexão contínua sobre a sua estratégia de crescimento, a articulação com as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias envolventes e a sua capacidade de potenciar a atividade industrial e exportadora do distrito.

Reforçar as condições de funcionamento, acessibilidade e expansão do Porto de Aveiro é essencial para consolidar o posicionamento do distrito nos circuitos logísticos nacionais e internacionais e para potenciar o seu papel enquanto motor de desenvolvimento económico.

O mesmo se aplica ao reforço das ligações ferroviárias, que devem assumir um papel central na estratégia de mobilidade e de desenvolvimento do território. A ferrovia não pode ser encarada apenas como um modo alternativo de transporte, mas como uma infraestrutura estruturante para a competitividade económica, para o transporte eficiente de mercadorias e para a articulação com plataformas logísticas e portuárias, como o Porto de Aveiro. Neste contexto, é fundamental garantir condições

para reforçar o papel da ferrovia no apoio à atividade industrial e exportadora do distrito, contribuindo para a redução de custos de contexto, para o aumento da eficiência logística e para uma melhor integração do território nos principais corredores nacionais e europeus.

Simultaneamente, a ferrovia deve também assumir um papel determinante na mobilidade quotidiana das populações e na coesão territorial, garantindo soluções de transporte mais eficientes, sustentáveis e acessíveis.

Neste contexto, é fundamental afirmar uma estratégia integrada para a requalificação e valorização da Linha do Vouga, assegurando a intervenção ao longo de todo o seu traçado, com a reabilitação e reforço da oferta nos diferentes troços, a modernização do material circulante e a eletrificação de toda a linha. Assim, no eixo entre Aveiro e Oliveira de Azeméis, importa garantir a reabilitação da infraestrutura, o reforço da oferta e a melhoria da fiabilidade do serviço, incluindo a reativação do serviço ferroviário atualmente interrompido no troço entre Oliveira de Azeméis e Sernada do Vouga, assegurando a continuidade da ligação ao longo de todo este eixo estruturante.

Já no troço entre Oliveira de Azeméis e Espinho, é essencial assegurar condições para uma integração plena na Área Metropolitana do Porto, permitindo uma ligação ferroviária eficaz e direta entre os municípios do Distrito de Aveiro que integram

a Área Metropolitana do Porto e a cidade do Porto.

Em paralelo, importa garantir a integração do distrito na rede de Alta Velocidade, assegurando ligações eficientes aos principais centros urbanos e reforçando o posicionamento do território no contexto nacional e ibérico. Estas intervenções são determinantes para uma mobilidade mais eficiente, sustentável e competitiva, ao serviço das pessoas, das empresas e da dinâmica económica do distrito.

A ausência destas infraestruturas tem um impacto real e mensurável. Condiciona a atividade económica, aumenta custos de contexto, dificulta a atração de investimento e penaliza a qualidade de vida das populações. Sem a sua concretização, o distrito continuará a crescer abaixo das suas capacidades e a perder oportunidades que são essenciais para o seu futuro.

Mas o desafio não se esgota nas acessibilidades. O distrito enfrenta também um problema persistente de coesão territorial. As diferenças entre litoral e interior são evidentes e tendem a acentuar-se se não forem corrigidas. Há territórios que continuam a viver com menores níveis de investimento, menor capacidade de atração e maiores dificuldades na fixação de população.

Responder a este desafio implica uma política clara de valorização do interior do distrito. Implica garantir que as acessibilidades chegam efetivamente a esses territórios, mas também que existem

condições para a dinamização económica, nomeadamente através do apoio às zonas industriais e empresariais. Implica, ainda, reforçar o investimento público em territórios de menor densidade, não como uma concessão, mas como uma opção estratégica de desenvolvimento equilibrado. O futuro do distrito não se pode construir apenas a partir das zonas mais densas e mais dinâmicas. Tem de assentar numa lógica de complementaridade e de integração, onde todos os territórios contam e onde o crescimento não se faz à custa do aumento das desigualdades internas.

Neste contexto, importa também reforçar a capacidade de dinamização económica do território, valorizando o potencial industrial do Distrito de Aveiro e promovendo a sua integração em setores estratégicos de elevado valor acrescentado.

A indústria da defesa surge, neste quadro, como uma oportunidade relevante, atendendo à forte tradição industrial do distrito, à capacidade tecnológica instalada e à qualificação do seu tecido empresarial. É fundamental criar condições para mobilizar as empresas do território e promover a sua integração nas cadeias de valor deste setor, potenciando a inovação, o investimento, o reforço das exportações e a criação de emprego qualificado.

Esta ambição exige, igualmente, uma aposta clara na qualificação dos recursos humanos e na inovação, nomeadamente através da criação e reforço de polos de inovação e

capacitação empresarial orientados para as necessidades concretas da indústria.

Estes polos devem desempenhar um papel determinante na qualificação e requalificação de trabalhadores, no apoio à capacitação de empresários e gestores, no reforço da ligação entre empresas, ensino e investigação e na atração de jovens para percursos de formação técnica e profissional, contribuindo para a fixação de talento e para o aumento da competitividade do tecido empresarial do distrito.

Neste mesmo sentido, é fundamental assegurar uma maior adequação das ofertas formativas, em particular ao nível do ensino profissional, às necessidades reais do tecido económico do distrito, garantindo maior articulação entre o sistema educativo e as empresas, e promovendo percursos de qualificação que respondam de forma efetiva às exigências do mercado de trabalho.

Esta abordagem permite não apenas diversificar a base económica do distrito, mas também reforçar a sua atratividade, em particular nos territórios do interior, contribuindo para a fixação de talento e para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

A habitação surge, neste contexto, como um dos desafios mais exigentes dos próximos anos. O crescimento económico e demográfico de várias áreas do distrito trouxe consigo uma pressão significativa sobre o mercado habitacional, que não tem sido acompanhada por uma resposta adequada em termos de oferta. Esta

realidade afeta particularmente os jovens e a classe média, que enfrentam cada vez maiores dificuldades no acesso a habitação condigna.

Ao mesmo tempo, persistem obstáculos na execução das respostas públicas já previstas. Estratégias Locais de Habitação que avançam de forma lenta, património público subaproveitado e processos administrativos complexos que atrasam soluções que já foram identificadas. O caminho que falta trilhar passa, necessariamente, por acelerar a execução dessas estratégias, mobilizar de forma mais eficaz os recursos disponíveis e criar condições para uma maior participação do setor privado. Simplificar procedimentos, reduzir prazos e garantir previsibilidade são condições essenciais para que a resposta à crise da habitação deixe de ser apenas um conjunto de boas intenções.

No plano ambiental e dos recursos naturais, o Distrito de Aveiro tem uma responsabilidade particular que decorre das suas características únicas e da relevância nacional de sistemas como a Ria de Aveiro ou a Pateira de Fermentelos. Estes espaços não são apenas ativos ambientais, são também motores de atividade económica, de identidade territorial e de qualidade de vida. O caminho que falta percorrer passa por uma intervenção mais consistente na sua recuperação e valorização. A resolução de problemas estruturais, como o controlo de espécies invasoras, a melhoria da qualidade da água ou a gestão sustentável dos

ecossistemas, exige uma abordagem integrada e continuada. A gestão da bacia do Vouga, por exemplo, não pode ser pensada de forma fragmentada, devendo incluir uma estratégia articulada de recuperação e valorização das suas zonas ribeirinhas, nomeadamente em Alquerubim, Angeja e São João de Loure e Frossos, bem como a sua articulação com sistemas de elevada relevância ambiental e económica como o Baixo Vouga Lagunar e a BioRia. Esta abordagem exige planeamento, coordenação institucional e investimento consistente, garantindo que estes espaços são valorizados não apenas pelo seu papel ambiental, mas também enquanto ativos económicos, de identidade territorial e de qualidade de vida para as populações. Mais do que nunca, torna-se evidente que desenvolvimento e ambiente não são objetivos incompatíveis. Pelo contrário, só através de uma articulação inteligente entre ambos será possível garantir um crescimento sustentável do território. É, contudo, na defesa da costa que o sentido de urgência é mais evidente. Os fenómenos registados nos últimos anos, com particular incidência recente, revelam um agravamento significativo da erosão costeira e da fragilidade das infraestruturas existentes. Os impactos não são apenas ambientais, são também sociais e económicos. Estão em causa habitações, equipamentos, atividades económicas e, em última instância, a segurança das populações.

Os dados disponíveis apontam para a necessidade de intervenções de grande dimensão, quer no imediato, quer a médio prazo. Não se trata apenas de reparar danos pontuais, mas de responder a um problema estrutural que exige planeamento, investimento e continuidade. A defesa da costa não pode continuar a ser uma resposta reativa a situações de emergência. Tem de afirmar-se como uma prioridade nacional, com uma estratégia clara, financiamento adequado e execução consistente.

Para além disso, importa também valorizar patrimónios naturais de elevada relevância nacional localizados no distrito, como é o caso da Mata Nacional do Buçaco. Este património único, com valor ambiental, histórico e científico reconhecido, enfrenta desafios significativos ao nível da sua preservação e valorização, agravados por fenómenos climáticos adversos e pela insuficiência de investimento continuado.

A sua recente valorização como floresta terapêutica reforça ainda mais o seu potencial enquanto ativo estratégico para o território, exigindo uma intervenção consistente do Estado que assegure não apenas a proteção e reabilitação do seu património florestal, mas também a valorização do seu património edificado, incluindo elementos de elevado valor histórico como o Palácio do Buçaco, o último palácio construído em período monárquico em Portugal. Essa intervenção deve permitir uma abordagem integrada que consolide a Mata Nacional do Buçaco como referência

nacional e internacional nas áreas do ambiente, do turismo e da saúde pública. Este conjunto de desafios define, no essencial, o caminho que falta trilhar. Um caminho que não é novo, mas cuja concretização foi sucessivamente adiada. É precisamente por isso que esta moção assume uma nova exigência política. Não basta identificar prioridades, é necessário garantir que são cumpridas. Não basta reconhecer problemas, é necessário resolvê-los.

Para esse efeito, o PSD Distrital de Aveiro promoverá um mecanismo periódico de acompanhamento dos projetos estruturantes considerados prioritários para o distrito, monitorizando o seu estado de desenvolvimento, os calendários previstos, os financiamentos associados e os eventuais constrangimentos à sua concretização, através de uma articulação permanente entre a estrutura distrital, os deputados, as estruturas concelhias, os autarcas e as entidades territoriais relevantes.

O PSD tem, no atual contexto, condições únicas para assumir essa responsabilidade. Tem legitimidade política, tem presença no território e tem capacidade de decisão. O que se exige é que essas condições se traduzam em compromisso com a execução, em capacidade de decisão informada e célere, em proximidade efetiva às comunidades e em responsabilidade na concretização de soluções.

Porque, no fim, a credibilidade política constrói-se na capacidade de cumprir. E o maior risco não está em assumir compromissos ambiciosos. Está em falhar a sua concretização.

Saúde e respostas sociais

- ↑ Concretização da expansão do Hospital de Aveiro;
- ↑ Consolidação da articulação entre a Universidade de Aveiro e as unidades de saúde da região, nomeadamente no âmbito do curso de Medicina;
- ↑ Reforço da capacidade instalada de cuidados continuados e estruturas residenciais para população idosa;
- ↑ Aumento da fiscalização e qualificação das respostas sociais.

Justiça

- ↑ Requalificação, modernização e construção de infraestruturas judiciais no Distrito de Aveiro.

Acessibilidades e mobilidade

- ↑ Concretização do IC35 e ligação de Sever do Vouga à A25;
- ↑ Concretização da ligação de Vale de Cambra à A32, com especial enfoque na articulação com as zonas industriais;
- ↑ Concretização da terceira fase da variante de Arouca;
- ↑ Construção do nó da A1 em Anadia / Oliveira do Bairro;
- ↑ Concretização do Eixo Rodoviário Aveiro-Águeda;
- ↑ Realização de intervenções estruturais no IC2;

- ↑ Valorização da rede viária, nomeadamente da EN109, EN224 e da EN327, assegurando a sua articulação com zonas industriais, serviços públicos e dinâmicas territoriais;
- ↑ Melhoria e reforço das ligações ferroviárias no distrito, enquanto infraestrutura essencial para a mobilidade das populações, o transporte de mercadorias e a competitividade económica do território;
- ↑ Reforço do papel estratégico do Porto de Aveiro, assegurando melhores condições de acessibilidade, articulação logística e capacidade de desenvolvimento enquanto infraestrutura essencial para a economia do distrito;
- ↑ Concretização da ligação ferroviária de Alta Velocidade entre Aveiro, Viseu, Guarda e Salamanca, garantindo a integração plena do distrito no Corredor Atlântico Europeu;
- ↑ Modernização estrutural de toda a Linha do Vouga, assegurando a eletrificação, reforço da oferta, material circulante e integração plena na rede ferroviária nacional, incluindo:
 - Reabilitação e reforço da oferta no eixo Aveiro-Oliveira de Azeméis, com a reativação do serviço ferroviário atualmente interrompido no

troço entre Oliveira de Azeméis e Sernada do Vouga;

- Integração do troço Oliveira de Azeméis–Espinho na linha do Norte, ligando diretamente os concelhos do distrito de Aveiro que integram a Área Metropolitana do Porto à Cidade do Porto;

- ↑ Melhoria da articulação de soluções de mobilidade entre a Área Metropolitana do Porto e a CIM Tâmega e Sousa e a CIM Região de Aveiro e a CIM Região de Coimbra.

Coesão territorial

- ↑ Garantia de acessibilidades eficazes ao interior do distrito.
- ↑ Reforço da atratividade económica dos territórios de baixa densidade e de menor dimensão;
- ↑ Apoio à expansão e qualificação de zonas industriais e empresariais, de forma a garantir atração de investimento e criação de emprego qualificado;
- ↑ Reforço do investimento público em territórios mais vulneráveis.

Desenvolvimento económico e inovação

- ↑ Integração do tecido empresarial do distrito nas cadeias de valor da indústria da defesa;
- ↑ Promoção de polos de inovação e capacitação empresarial, nomeadamente em territórios do interior;

- ↑ Reforço da articulação entre ensino, formação profissional e necessidades do tecido empresarial;
- ↑ Adequação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho.

Habituação

- ↑ Aceleração da execução das Estratégias Locais de Habitação;
- ↑ Mobilização de património público disponível para fins habitacionais;
- ↑ Simplificação dos processos administrativos e urbanísticos;
- ↑ Criação de condições para aumento da oferta de habitação acessível.

Ambiente e recursos naturais

- ↑ Recuperação estrutural da Pateira de Fermentelos;
- ↑ Valorização e proteção da Ria de Aveiro;
- ↑ Gestão integrada e sustentável da bacia do Vouga, incluindo a valorização das zonas ribeirinhas e a articulação com o Baixo Vouga Lagunar e a BioRia;
- ↑ Articulação efetiva entre políticas ambientais e desenvolvimento económico;
- ↑ Preservação e valorização da Mata Nacional do Buçaco.

Defesa da costa

- ↑ Implementação de intervenções estruturais de combate à erosão costeira;
- ↑ Reforço e requalificação das infraestruturas de proteção litoral;

- ↑ Recuperação de sistemas dunares e reposição de equilíbrios sedimentares;
- ↑ Garantia de financiamento contínuo e estratégia de longo prazo para o litoral.

Conclusão

Esta moção não se limita a enunciar problemas nem a atualizar um diagnóstico que, como vimos, continua em grande medida válido. É, acima de tudo, uma afirmação política clara sobre o que se exige ao PSD neste novo ciclo. Uma afirmação de responsabilidade e de compromisso perante o Distrito de Aveiro.

Aquilo que está hoje em causa não é a capacidade de identificar prioridades, porque essa capacidade já foi demonstrada. Não é também a definição de estratégias, porque elas existem e são conhecidas. O que verdadeiramente está em causa é a capacidade de executar, de decidir e de concretizar.

O PSD deve assumir, de forma inequívoca, uma cultura política orientada para resultados. Uma cultura assente num compromisso firme com a execução, que não se esgote no momento da decisão, mas que acompanhe cada projeto até à sua concretização no terreno. Uma cultura que privilegie a capacidade de decisão, superando bloqueios administrativos e evitando que processos essenciais se arrastem indefinidamente. Uma cultura de proximidade ao território, que mantenha uma

ligação permanente às realidades locais, às autarquias, às empresas e às populações. É uma cultura de responsabilidade, que assuma que governar não é prometer, é cumprir.

Esta exigência não é excessiva, é proporcional à confiança que foi depositada e às expectativas que foram criadas. Num contexto em que os cidadãos estão cada vez mais atentos e mais exigentes, a credibilidade política mede-se pela capacidade de entregar resultados concretos.

Porque, no fim, é preciso dizê-lo com clareza: o maior risco político não está em assumir compromissos ambiciosos. O maior risco está em não os cumprir.

Há dois anos iniciamos um caminho. Um caminho assente na valorização do Distrito de Aveiro, na convicção de que este território podia e devia assumir um papel ainda mais relevante no desenvolvimento do país. Esse caminho não foi abandonado. Foi confirmado pela realidade e reforçado pela mudança do ciclo político nacional.

Hoje, podemos afirmar que esse caminho já começou, e reiteramos esse mesmo propósito, mas com um nível de exigência superior. Envolvendo este distrito imenso, completo e heterogéneo. Que vai do Mar ao Douro. Que tem Praias, Portos e Montanhas. Que tem Vinho Verde, tem Bairrada e tem espumante. Que tem Vitela, tem Cabrito e tem Leitão. Que tem Ovos Moles, tem Pão de Ló e tem a Fogaça. Que tem indústria, que tem inovação, que tem a Universidade e que tem

pessoas, trabalhadoras, empreendedoras, solidárias e resilientes. Um distrito que tem tudo. Não estamos já no momento da afirmação inicial, estamos no momento da concretização. É essa passagem que define a relevância desta moção.

Esta moção representa, antes de mais, continuidade. Continuidade de uma visão estratégica para o distrito e de um compromisso político que não se esgota num mandato nem num momento. Representa também evolução, porque incorpora os avanços entretanto registados, atualiza prioridades e reforça a exigência de execução. E representa, acima de tudo, compromisso. Um compromisso duplo, com aquilo que já começou a ser feito e com aquilo que ainda falta concretizar.

O Distrito de Aveiro não exige privilégios nem tratamentos diferenciados. Exige apenas aquilo que é justo face ao seu contributo para o país. Exige investimento estruturante que permita libertar o seu potencial. Exige decisões que há muito se encontram adiadas. E exige, sobretudo, concretização.

É nesse ponto que tudo se resume. Não na formulação de novas promessas, mas na capacidade de cumprir aquilo que já foi assumido. Cumprir com o território. Cumprir com as populações. Cumprir com o futuro.

Porque cumprir Aveiro não é apenas uma obrigação regional. É uma condição para reforçar a competitividade de Portugal, para promover a coesão territorial e para afirmar

um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e mais sustentável.

É por isso que esta moção se sintetiza numa ideia simples, mas exigente:

Cumprir Aveiro.

Criar valor.

Trabalhar.

Fazer Portugal Maior.

